



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
PRSTM/SECIN/COAVO/SEACO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2019

1.0 - Base de Elaboração das Demonstrações Contábeis.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da Justiça Militar da União (DCONJMU) foram elaboradas tomando por base as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP/NBCASP), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, as instruções descritas no [Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público \(MCASP\) - 8ª edição](#) (Portaria Conjunta das Secretarias do Tesouro Nacional (STN) e da Secretaria de Orçamento Federal (SOF) [nº 6/2018](#), Portaria Conjunta das Secretarias do Tesouro Nacional (STN) e da Secretaria de Previdência (SPREV) [nº 7/2018](#) e Portaria da STN [nº 877/2018](#), a estrutura proposta no [Plano de Contas Aplicado ao Setor Público \(PCASP\)](#), consoante com os dispositivos constantes da [Lei nº 4.320/1964](#) e da Lei Complementar [nº 101/2000](#) (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) e demais normas técnicas aplicáveis. As Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (*International Public Sector Accounting Standards – IPSAS*) foram utilizadas de maneira subsidiária e observadas em sua integridade.

As DCONJMU apresentam as informações das Unidades Gestoras integrantes do Órgão 13000 – Justiça Militar da União (JMU), abaixo relacionadas, e comporão o processo de Contas do Governo a ser apreciado pelo Congresso Nacional, o qual compreende a Prestação de Contas do Presidente da República na qualidade de Chefe do Poder Executivo, bem como as Prestações de Contas dos demais Chefes dos Poderes Legislativo e Judiciário, segundo a independência constitucional de cada ente, tendo sido elaboradas a partir das informações constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

Unidades Gestoras		Localização
060001	STM	Brasília/DF
060002	8ª CJM	Belém/PA
060003	10ª CJM	Fortaleza/CE
060004	7ª CJM	Recife/PE
060005	6ª CJM	Salvador/BA
060006	4ª CJM	Juiz de Fora/MG
060007	9ª CJM	Campo Grande/MS
060017	5ª CJM	Curitiba/PR
060018	1ª DA 3ª CJM	Porto Alegre/RS
060019	2ª DA 3ª CJM	Bagé/RS
060020	3ª DA 3ª CJM	Santa Maria/RS
060021	12ª CJM	Manaus/AM
060025	Setorial Orçamentária e Financeira	Brasília/DF
060027	Setorial Contábil	Brasília/DF
060028	Foro da 1ª CJM	Rio de Janeiro/RJ
060029	Foro da 2ª CJM	São Paulo/SP
060030	Foro da 11ª CJM	Brasília/DF

O objetivo principal das DCONJMU é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público da União e prestar contas da gestão econômico-financeira realizada durante o primeiro trimestre de 2019.

Nas DCONJMU, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e a mutação do patrimônio público, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa, os fluxos financeiros e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do Governo Brasileiro, particularizadas pelos dados consolidados das Unidades Gestoras integrantes desta Justiça Especializada.

As estruturas e a composição das DCONJMU estão de acordo com as bases propostas pelas [Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público](#) (NBCASP) e MCASP, sendo compostas por:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF) e
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

2.0 Principais Práticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e as políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e as premissas do modelo PCASP, que nortearam a elaboração das Notas Explicativas.

Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

Caixa e equivalentes de caixa

A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do [Decreto nº 93.872/1986](#)), é mantida no Banco Central do Brasil (BACEN) e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União. Ela é subdividida em: Conta Única recursos Tesouro Nacional; Conta Única recursos Previdenciários e Conta Única recursos Dívida Pública.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com:

- créditos tributários;
- créditos não tributários;
- dívida ativa;
- transferências concedidas;
- empréstimos e financiamentos concedidos;
- adiantamentos; e
- valores a compensar.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original. Constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, à construção ou à produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) do período.

A avaliação e a mensuração do ativo imobilizado da JMU têm como base o valor de aquisição ou construção. As inclusões de eventuais gastos adicionais ou complementares não estão sendo realizadas, pois o Sistema de Controle Patrimonial (LICIMAP) não permite a alteração de valor de aquisição do bem no decorrer da sua vida útil.

Em relação aos bens móveis adquiridos antes do exercício de 2010, não foram realizadas reavaliações e contabilizações dos ajustes ao valor de mercado. Em 2012, foi constituída uma Comissão Permanente de Avaliação Patrimonial (COPAP), cujos processos de mensuração encontram-se pendentes de homologação, para posterior registro no LICIMAP e respectivos lançamentos contábeis.

Em maio/2017, a JMU formalizou contrato de cessão de direito de uso dos códigos-fonte do Sistema de Gestão Administrativa e Financeira (GEAFIN), desenvolvido e de propriedade do TRF da 4ª Região, por meio do qual se espera que sejam implementadas as funcionalidades necessárias ao controle, acompanhamento e mensuração do ativo imobilizado.

A depreciação é calculada pelo método linear (sistema de cotas constantes), e o prazo de vida útil e o valor residual foram estabelecidos pela [Macrofunção SIAFI 02.03.30](#).

Intangível

Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos. Na JMU, são os softwares, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida), seguindo os procedimentos estabelecidos pela [Macrofunção SIAFI 02.11.30](#).

A amortização dos itens registrados no Ativo Intangível não está sendo registrada, em virtude da inviabilidade técnica do Sistema de Controle Patrimonial existente no Órgão, o LICIMAP. Com o objetivo de sanar tal ressalva, a Secretaria de Controle Interno (SECIN) demandou à Diretoria de Tecnologia da Informação (DITIN) e à Diretoria de Administração (DIRAD) a aquisição ou desenvolvimento interno de um Sistema de Controle Patrimonial que permita o controle, acompanhamento e mensuração dos valores dos bens intangíveis passíveis de amortização.

Com a aquisição do citado Sistema GEAFIN (em maio/2017), espera-se que sejam implementadas as funcionalidades necessárias ao controle, acompanhamento e mensuração do intangível. A implantação do GEAFIN está em execução com a migração e validação dos dados por parte da DITIN, da DIRAD e da SECIN. Quando o GEAFIN estiver em operacionalização na JMU, a amortização poderá ser realizada.

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização.

As informações da depreciação dos bens móveis da JMU são apuradas por meio do LICIMAP, que utiliza como regra de cálculo os seguintes parâmetros:

Método das cotas constantes

Utilização da tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade (CCONT/SUCON/STN/MF), constante no Manual SIAFI, [Macrofunção SIAFI 02.03.30](#) Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações;

Depreciação de bens imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União (SPIUnet), que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), nos termos da [Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014](#).

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos Sistemas Corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I - atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II - reavaliados, aqueles nos quais:

- seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Passivo

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

3.0 Composição dos Principais Itens das Demonstrações

Nota 01 – Ativo Circulante – Caixa e equivalentes de caixa

O item Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro e em outros bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Observa-se que o Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa, no valor de R\$ 56.529 mil em 30/03/2019, refere-se aos valores disponíveis para transferências e liquidação de obrigações de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e com fornecedores – R\$ 56.327 mil - e depósitos e cauções recebidos – R\$ 202 mil alocados na fonte de recursos 190.

Tabela 01 – Caixa e equivalentes de caixa – Composição

Identificação da Disponibilidade de Caixa	R\$ milhares	
	31/03/2019	31/12/2018
Fonte 100 - Recursos Ordinários	46.476	38.668
Total de Recursos Não Vinculados	46.476	38.668
Fonte 156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	365	365
Fonte 169 - Contribuição Patronal P/Pano de Segurid. Soc.Serv.	2.922	11
Fonte 127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	1.804	2.468
Fonte 150 - Recursos Não Financeiros Diret. Arrecadados	4.618	4.602
Fonte 300 – Créditos do Tesouro de Exercício Anterior	42	42
Fonte 350 - Créditos Extraordinários	72	72
Fonte 190 - Recursos Diversos	28	-
Total dos Recursos Vinculados	9.851	7.560
Total da Disponibilidade de Caixa	56.327	46.228
Demais Contas - Caixa Econômica Federal	202	200
Caixa e Equivalente de Caixa Nacional	56.529	46.428

Fonte: SIAFI 2018 e 2019

Nota 02 – Ativo Circulante – Demais créditos e valores a curto prazo

Composto por adiantamentos concedidos a pessoal, suprimentos de fundos e créditos a receber.

Os adiantamentos concedidos a pessoal são oriundos dos registros da folha de pagamento de servidores e magistrados, cuja conciliação para ajustes e/ou baixas é realizada pela Diretoria de Pessoal (DIPES), por meio do Sistema de Recursos Humanos (SRH), utilizado na elaboração da folha de pagamento.

Tabela 02 – Demais créditos e valores a curto prazo – Composição

Demais Créditos e Valores CP	R\$ milhares		
	31/03/2019	31/12/2018	Varição
- 13º salário	-	2.511	(2.511)
- 1/3 de férias	1.818	2.152	(334)
- Salários e ordenados	455	678	(223)
Suprimento de fundos	56	1	55
Adiantamento de TED	6.231	-	6.231
Total	8.560	5.342	3.218

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

A redução de R\$ 2.511 mil de direitos relacionados ao 13º salário deve-se ao novo critério contábil adotado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) mediante a [Macrofunção SIAFI 02.11.42 Folha de Pagamento](#). A nova metodologia de cálculo estabelece o encontro de saldos mensais entre o Adiantamento de 13º e a Provisão de 13º, resultando o registro apenas de um deles.

Os saldos de 1/3 de férias e Adiantamento de salários e ordenados diminuíram R\$ 334 mil e R\$ 223 mil, respectivamente, pois possuem

peculiaridades de aumento sazonal, principalmente, no final de cada exercício financeiro. As reduções significativas neste trimestre devem-se à fruição de férias e antecipações salariais solicitadas para janeiro e liberadas na folha de pagamento de dezembro.

O aumento de R\$ 6.231 mil de Adiantamento de Termo de Execução Descentralizada (TED) deve-se à nova metodologia da STN, que registra todas as descentralizações financeiras realizadas para execução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora. Os Órgãos Públicos parceiros são: Senado Federal; Fundação Universidade de Brasília (FUB); Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN); Base Administrativa do CMDO de Operações Especiais; Departamento de Engenharia e Construção (DEC) do Exército Brasileiro.

Nota 03 – Ativo Circulante – Estoques

Em 30/03/2019, a JMU possuía o montante de R\$ 818 mil em estoque de material de consumo e mercadorias para doação.

As Unidades Gestoras da JMU, à exceção do Superior Tribunal Militar (STM) - UG 060001, não registram em estoque os itens de almoxarifado e material de consumo, tendo em vista sua baixa materialidade, quantidade e relevância, comparativamente ao custo-benefício da manutenção de controle de estoque e respectivos relatórios de almoxarifado. Portanto, as entradas são registradas diretamente em contas de Variação Patrimonial Diminutiva como consumo imediato.

Os estoques são mensurados pelo valor de custo. A política contábil de avaliação adotada até outubro/2018 era o método PEPS - primeiro a entrar e primeiro a sair. Contudo, a partir de novembro/2018, o critério contábil foi modificado para preço médio ponderado, em consonância com as exigências da [Lei nº 4.320/1964](#) e em virtude da implantação de novo Sistema de Controle Patrimonial na JMU, o mencionado GEAFIN, desenvolvido e cedido pelo TRF da 4ª Região.

Nota 04 – Ativo Não Circulante – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

No Exercício Financeiro de 2018, foi registrado o valor de R\$ 336 mil referente às contribuições patronais antecipadas à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público (FUNPRESP-JUD). Trata-se de aporte inicial realizado pelos órgãos patrocinadores quando da criação da FUNPRESP-JUD, a título de contribuições futuras. Tais valores serão atualizados mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), devendo ser compensados a partir do ano subsequente ao exercício em que o plano atingir o Ponto de Equilíbrio Operacional.

Tabela 03 – Demais créditos e valores a longo prazo – Composição

	R\$ milhares		
Ativo Realizável a Longo Prazo	31/03/2019	31/12/2018	Varição
Adiantamento de contribuições futuras – Funpresp Jud	457	453	4
- Aporte inicial	336	336	0
- Correção monetária	121	117	4
Depósitos judiciais	46	46	-
Total	503	499	4

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Nota 05 – Ativo Não Circulante – Imobilizado, Intangível e depreciação

Tabela 04 – Imobilizado, Intangível e depreciação

	R\$ milhares		
Imobilizado	31/03/2019	31/12/2018	Varição
Bens Móveis	61.935	61.710	225
Depreciação Acumulada	(23.735)	(22.644)	(1.091)
Bens Imóveis	112.473	112.253	220
Depreciação Acumulada	(5.641)	(5.002)	(639)
Intangível	5.789	5.723	66
Total	150.821	152.041	(1.219)

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Em 31/03/2019, a JMU possuía o montante de R\$ 38.200 mil em bens móveis (R\$ 39.066 mil em 31/12/2018), sendo R\$ 61.935 mil relativos ao custo de aquisição (R\$ 61.710 mil em 31/12/2018), dos quais se deduz o valor de R\$ 23.735 mil relativo à depreciação acumulada (R\$ 22.644 mil em 31/12/2018).

A variação bruta dos bens móveis de R\$ 225 mil refere-se, essencialmente, à aquisição de bens de informática, veículos, móveis e utensílios, empenhados em 2018. Contudo, esses itens foram entregues à Administração Pública no primeiro trimestre do ano de 2019.

Tabela 05 – Composição dos Bens móveis

	R\$ milhares		
Bens Móveis	31/03/2019	31/12/2018	Varição
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	9.542	9.534	8
Bens de Informática	22.439	22.289	150
Móveis e Utensílios	14.294	14.246	48
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	3.377	3.360	17
Veículos	11.142	11.104	38
Bens Móveis em Almoxarifado	37	77	(40)
Demais Bens Móveis	1.104	1.100	4
Subtotal	61.935	61.710	225
Depreciação Acumulada	(23.735)	(22.644)	(1.091)
Total	38.200	39.066	(866)

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Em 31/03/2019, a JMU possuía o montante de R\$ 106.832 mil em bens imóveis (R\$ 107.251 em 31/12/2018), sendo R\$ 112.473 mil relativos ao custo de aquisição e/ou construção (R\$ 112.253 mil em 31/12/2018), dos quais se deduz o valor de R\$ 5.641 mil relativo à depreciação acumulada (R\$ 5.002 mil em 31/12/2018).

A variação bruta dos bens imóveis de R\$ 220 mil refere-se a obras em andamento, realizadas em apartamento funcional pertencente à JMU, à modernização das instalações de elevador na Auditoria da 8ª CJM e a estudos e a projetos para a nova Sede do Superior Tribunal Militar (STM).

Tabela 06 – Composição dos Bens imóveis

R\$ milhares			
Bens Imóveis	31/03/2019	31/12/2018	Variação
Edifícios Registrados no SPIUNET	51.459	51.459	-
Imóveis Residenciais / Comerciais	33.841	33.841	-
Obras em Andamento	20.152	20.006	146
Terrenos/Glebas	2.608	2.608	-
Armazéns/Galpões	1.853	1.853	-
Estudos e Projetos	1.462	1.452	10
Instalações	911	850	61
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	100	100	-
Edifícios Não Registrados no SPIUNET	87	84	3
Subtotal	112.473	112.253	220
Depreciação Acumulada	(5.641)	(5.002)	(639)
Total	106.832	107.251	(419)

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Nota 06 – Passivo Circulante

O aumento de 1.097% (R\$ 3.945 mil) de obrigações com pessoal a pagar deve-se ao novo critério contábil adotado pela STN por meio da [Macrofunção SIAFI 02.11.42 Folha de Pagamento](#). Para os órgãos públicos que realizam o pagamento da folha no próprio mês, como é o caso da JMU, tais obrigações são reduzidas significativamente.

Trata-se de metodologia de cálculo que, ao final de cada exercício financeiro, devem ser apurados os saldos resultantes entre as provisões registradas e os adiantamentos concedidos de cada exercício, a fim de o demonstrativo contábil evidenciar apenas os saldos de provisões a pagar ou de adiantamento a receber.

Os Fornecedores e Contas a Pagar aumentaram em torno de 741% (R\$ 1.026 mil). Tal fato é explicado devido à [Emenda Constitucional nº 95/2016](#) referir-se a limites orçamentários anuais. Com isso, durante o exercício financeiro, tais obrigações pendentes fazem parte da política de pagamento a fornecedores da JMU.

O Sistema de Administração de Pessoal utilizado pela JMU não está preparado para calcular as provisões da folha de pagamento, sendo sua mensuração e registro efetuados à base de 1/12 da estimativa anual da Folha de Pessoal do Órgão.

Em maio/2017, a JMU formalizou contrato de cessão de direito de uso dos códigos-fonte do Sistema de Recursos Humanos (SERH), desenvolvido e de propriedade do TRF-4ª Região, por meio do qual se espera que sejam implementadas as funcionalidades necessárias à mensuração da provisão da folha de pagamento.

Tabela 07 - Passivo Circulante - Composição

R\$ milhares			
Passivo Circulante	31/03/2019	31/12/2018	Variação
Obrigações, Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais.	4.305	360	3.945
Fornecedores e Contas a Pagar	1.164	138	1.026
Demais Obrigações	476	446	30
Total	5.945	944	5.001

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Nota 07 - Passivo não Circulante – Provisões de longo prazo

No âmbito da JMU, estão registrados os passivos decorrentes de decisões administrativas referentes a despesas com pessoal. Esses passivos, reconhecidos pela Entidade como provisões para perdas judiciais e administrativas de longo prazo até 31/03/2019, totalizavam o valor de R\$ 279.515 mil. No 1º Trimestre de 2019, não foram realizadas alterações resultantes de atualizações monetárias e/ou recálculos dos valores desses passivos.

Tabela 08 - Passivo não Circulante – Provisões de longo prazo

R\$ milhares			
Passivo Longo Prazo	31/03/2019	31/12/2018	Variação
VPI (13,23%)	219.879,00	219.879,00	-
Complemento PAE	16.123,00	16.123,00	-
VPNI – Quintos	25.622,00	25.622,00	-
ATS Magistrados	287,00	287,00	-
URV (11,98%)	5.349,00	5.349,00	-
Abono Variável - Magistrados	562,00	562,00	-
Outros Passivos	11.693,00	11.693,00	-

Total	279.515,00	279.515,00	-
--------------	-------------------	-------------------	----------

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Nota 08 – Patrimônio Líquido – Resultados Acumulados

A JMU possuía, em 31/03/2019, resultados acumulados (déficit) no valor de R\$ 68.141 mil, compostos pela soma do resultado do exercício de 2019 (R\$ 6.982 mil) com o resultado do exercício anterior negativo (déficit de R\$ 75.123 mil no exercício 2018).

Tabela 09- Patrimônio Líquido - Resultados Acumulados

	R\$ milhares		
Resultados Acumulados	31/03/2019	31/03/2018	Varição
Resultado Patrimonial do Exercício	6.982	346	6.636
Resultados de Exercícios Anteriores	(75.123)	(104.313)	29.190
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	28.844	(28.844)
Total	(68.141)	(75.123)	6.982

Fonte: SIAFI 2019 e 2018.

Nota 09 – Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial da JMU no 1º Trimestre de 2019 foi de R\$ 6.982 mil, representando aumento de R\$ 1.536 mil (28%) em relação ao mesmo período de 2018 (superávit de R\$ 5.446 mil), conforme tabela a seguir.

Tabela 10 – Resultado Patrimonial

	R\$ milhares		
Resultado Patrimonial	31/03/2019	31/03/2018	Varição
Variações Patrimoniais Aumentativas	267.408	240.123	27.285
Variações Patrimoniais Diminutivas	260.426	234.677	25.749
Resultado Patrimonial do Período	6.982	5.446	1.536

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Conforme demonstrado na Tabela seguinte, os principais motivos para a redução do resultado patrimonial foram maiores acréscimos das despesas com benefícios previdenciários e assistenciais (R\$ 6.348 mil), despesas com pessoal e encargos (R\$ 6.457 mil), transferências e delegações concedidas (R\$ 13.689 mil) e redução da exploração e venda de bens, serviços e direitos (R\$ 6.134 mil), em relação aos acréscimos das receitas de transferências e delegações recebidas (R\$ 27.493 mil) e da valorização e ganhos com ativos (R\$ 5.825 mil).

Tabela 11 – Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas

	R\$ milhares		
Variações Patrimoniais Aumentativas	31/03/2019	31/03/2018	Varição
Transferências e delegações recebidas	260.639	233.146	27.493
Exploração e venda de bens, serviços e direitos	9	6.143	(6.134)
Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos	6.231	406	5.825
Contribuições	322	270	52
Outras variações patrimoniais aumentativas	203	158	45
Variações patrimoniais aumentativas financeiras	4	-	4
Total	267.408	240.123	27.285
Variações Patrimoniais Diminutivas	31/03/2019	31/03/2018	Varição
Transferências e delegações concedidas	124.061	110.372	13.689
Pessoal e encargos	61.884	55.427	6.457
Benefícios previdenciários e assistenciais	56.595	50.247	6.348
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	17.591	17.755	(164)
Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos	2	571	(569)
Tributárias	162	152	10
Outras variações patrimoniais diminutivas	123	126	(3)
Variações patrimoniais diminutivas financeiras	8	27	(19)
Total	260.426	234.677	25.749
Resultado Patrimonial do Período	6.982	5.446	1.536

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Nota 10 - Variação Patrimonial Aumentativa – Contribuições

Refere-se às contribuições destinadas ao custeio de pensões militares, decorrentes de descontos mensais obrigatórios na folha de pagamento de militares cedidos à JMU, à alíquota de 7,5%. Essas contribuições são repassadas ao Ministério da Defesa, Órgão do Governo Federal responsável pela direção superior das Forças Armadas, não tendo impacto no resultado patrimonial da JMU.

Nota 11 – Variação Patrimonial Aumentativa – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

A variação negativa de R\$ 6.134 mil decorre da excepcionalidade de arrecadação no exercício 2018. Em 2018, a JMU realizou concurso para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva para os cargos de Analista Judiciário e de Técnico Judiciário da JMU. Dessa forma, auferiu receitas com taxas de inscrição.

Nota 12 – Variação Patrimonial Aumentativa – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

O montante de R\$ 6.231 mil é resultante do reconhecimento de parcerias firmadas entre a JMU e Órgãos da Administração Pública Federal. No exercício de 2019, a STN adotou nova política contábil para reconhecer o direito dos recursos financeiros transferidos por meio do Termo de Descentralização (TED). Esses recursos estão vigentes ou ainda não tiveram suas contas prestadas ao Órgão transferidor.

Nota 13 – Transferências e Delegações**Tabela 12 – Transferências e Delegações**

Transferências e Delegações	R\$ milhares	
	VPA (Recebidas)	VPD (Concedidas)
Cota Recebida do Tesouro Nacional	137.418	
Sub-Repasso Recebido (Descentralizado para Ug's)	123.064	123.064
Repasso Concedido por TED		224
Contribuições para Pensões Militares, Restituições e Indenizações retidas/recebidas pela JMU e transferidas para o Tesouro Nacional por meio GRU	525	457
Transferências e Doações Intra OFSS	157	157
Transferências e Doações Consolidação		113
Transferências e Doações Inter OFSS		45
Total	261.164	124.060

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

As Transferências e Delegações Concedidas e Recebidas devem ser analisadas conjuntamente, já que em alguns casos, por exemplo, nos sub-repasses recebido e concedido, os valores compõem tanto as Variações Patrimoniais Aumentativas como as diminutivas. Quando analisadas individualmente, pode-se interpretar, de início, que os valores recebidos do Tesouro Nacional e repassados para as Unidades Gestoras da JMU são maiores que os reais.

Assim, o valor de R\$ 137.418 mil relativos à cota recebida são decorrentes das transferências financeiras realizadas pela STN para a JMU, com o intuito da realização de atividades operacionais. Posteriormente, esses valores são transferidos para as Unidades Gestoras da Justiça Militar e são classificados como sub-repasso. No 1º Trimestre, corresponderam a R\$ 123.064 mil. Os valores descentralizados para outros órgãos da Administração Pública Federal, por meio de TED, são chamados de repasse e neste 1º Trimestre de 2019 corresponderam a R\$ 224 mil.

Os valores relativos a Movimentações de VPA referem-se a retenções transitórias de contribuições para pensões militares, restituições e indenizações que serão transferidas, posteriormente, para o Tesouro Nacional por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU) intra SIAFI e que refletem uma VPD no momento da saída de recursos financeiros.

As Transferências e Doações Intra OFSS totalizaram, neste 1º Trimestre, o valor de R\$ 157 mil. Tais transferências representam as Cessões de Bens dentro da JMU, gerando modificação na unidade gestora responsável pelo bem, mas sem impactar o resultado patrimonial, pois o recebimento do bem aumenta a VPA e a saída do bem de uma unidade gera também uma VPD.

As Transferências e Doações Consolidação e Inter OFSS representaram no 1º Trimestre 158 mil. As Transferências e Doações Consolidação foram realizadas para Associação de Catadores de papéis da Asa Sul, Instituição que não faz parte da Administração Pública. As Transferências e Doações Inter OFSS foram realizadas para a Secretaria Estadual do Rio de Janeiro.

Nota 14 – Variação Patrimonial Diminutiva – Pessoal e Encargos**Tabela 13 – Pessoal e Encargos Sociais**

Pessoal e Encargos	R\$ milhares		
	31/03/2019	31/03/2018	Varição
Remuneração a Pessoal	50.320	44.205	6.115
Encargos Patronais	7.837	7.090	746
Benefícios a Pessoal	3.727	4.007	(280)
Outras VPD – Pessoal e Encargos		124	(124)
Total	61.884	55.426	6.457

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

O aumento de 12% (R\$ 6.457 mil) nas despesas de Remuneração a Pessoal é composto, principalmente, pelos vencimentos e gratificações de natureza salarial, e é decorrente, em especial, da implantação da última parcela do Plano de Carreira dos Servidores do Poder Judiciário da União, instituído pela [Lei nº 13.317/2016](#).

O referido aumento causa reflexo também nos benefícios de aposentadorias e reformas em torno de 13% (R\$ 6.348 mil), conforme a abaixo Nota 15 – Variação Patrimonial Diminutiva - Benefícios Previdenciários e Assistenciais, em razão da paridade entre servidores ativos e inativos, a que tem direito os agentes públicos empossados até 2004.

Nota 15 – Variação Patrimonial Diminutiva – Benefícios Previdenciários e Assistenciais**Tabela 14 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais**

Benefícios Previdenciários e Assistenciais	R\$ milhares		
	31/03/2019	31/03/2018	Varição
Aposentadorias e Reformas	34.445	32.037	2.408
Pensões	22.086	18.197	3.889
Outros Benef. Previdenciários e Assistenciais	64	13	51
Total	56.595	50.247	6.348

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Nota 16 – Variação Patrimonial Diminutiva – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

A diminuição de praticamente 100% (R\$ 569 mil) dos valores reconhecidos como desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos deve-se à essência dos registros configurar situação excepcional, ocorrendo apenas em casos de diminuição do patrimônio do órgão ou do aumento de obrigações.

Tabela 15 – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

	R\$ milhares		
	31/03/2019	31/03/2018	Variação
Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos	2	571	(569)
Total	2	571	(569)

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Nota 17 - Previsão Inicial e Dotação Inicial

O Balanço Orçamentário do Órgão Superior da JMU apresenta-se de forma não consolidada com o Balanço Geral da União (BGU). Sendo assim, evidencia-se um desequilíbrio/déficit orçamentário entre a previsão inicial da receita e a fixação da despesa. Isso se deve ao fato de a JMU não possuir como finalidade a arrecadação de tributos ou a arrecadação de receitas próprias.

Dessa forma, as atividades finalísticas da JMU são custeadas pela União por meio de descentralização financeira, proveniente de fontes de recursos ordinários do Tesouro Nacional. Isso não é evidenciado no Balanço Orçamentário, mas no Balanço Financeiro.

Tabela 16 – Orçamento Aprovado 2019 – Composição

	R\$ milhares		
Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial
Receitas Correntes	632	Despesas Correntes	576.894
Receita Patrimonial	137	Pessoal e Encargos Sociais	465.452
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		Juros e encargos da dívida	--
Receitas de Serviços	35	Outras Despesas Correntes	111.442
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		Despesas de Capital	5.698
Outras Receitas Correntes	460	Investimentos	5.698
		Reserva de Contingência	11.021
Total das Receitas	632	Total das Despesas	593.613

Fonte: SIAFI 2019

Nota 18 – Despesas Orçamentárias – Execução**Tabela 17 – Execução da Despesa Orçamentária Completa**

	R\$ milhares					
Despesas Orçamentárias	Incial (a)	Atualizada (b)	Empenhada (c)	Liquidada (d)	Paga (e)	Saldo (b-c)
Despesas Correntes	576.894	576.394	157.337	121.217	120.128	419.057
Pessoal e Encargos Sociais	465.452	465.452	109.727	105.802	105.790	355.726
Outras Despesas Correntes	111.442	110.942	47.610	15.415	14.338	63.331
Despesas de Capital	5.698	6.198	646	23	23	5.552
Investimentos	5.698	6.198	646	23	23	5.552
Reserva de Contingência	11.021	11.021	11.021	11.021	11.021	11.021
Total	593.613	593.613	169.005	132.261	131.172	435.630

Fonte: SIAFI 2019

Nota 19 – Despesas Orçamentárias – Execução Legal

A JMU, no 1º Trimestre de 2019, comprometeu 27% (R\$ 157.983 mil) do seu orçamento. Desse percentual, 24% (R\$ 109.727 mil) referem-se a despesas com pessoal e encargos sociais, 43% (R\$ 47.610 mil) representam gastos com a operacionalização de suas atividades e 10% (R\$ 646 mil) foram dispendidos com investimentos.

No que se refere às despesas de capital, 90% (R\$ 5.552 mil) não foram comprometidos com a formação ou a aquisição de um bem de capital.

Tabela 18 – Execução da Despesa Orçamentária de acordo com a Lei nº 4.320/1964

	R\$ milhares		
Despesas Orçamentárias	Atualizada	Empenhada	AH%
Despesas Correntes	576.394	121.217	
Pessoal e Encargos Sociais	465.452	109.727	24%
Outras Despesas Correntes	110.942	47.610	43%
Despesas de Capital	5.698	646	
Investimentos	6.198	646	10%
Reserva de Contingência	11.021	-	
Total	593.613	157.983	27%

Fonte: SIAFI 2019

Nota 20 – Despesas Orçamentárias – Fases da Despesa

99% das despesas correntes liquidadas (R\$ 120.151 mil) foram pagas. Igualmente, 4% das despesas de capital liquidadas (R\$ 23 mil) foram quitadas.

Tabela 19 – Execução das Fases da Despesa

R\$ milhares

Despesas Orçamentárias	Empenhada (a)	Liquidada (b)	Paga (c)	Saldo (a-c)
Despesas Correntes	157.337	121.217	120.128	37.209
Pessoal e Encargos Sociais	109.727	105.802	105.790	3.937
Outras Despesas Correntes	47.610	15.415	14.338	33.272
Despesas de Capital	646	23	23	623
Investimentos	646	23	23	623
Total	157.983	121.240	120.151	37.832

Fonte: SIAFI 2019

Nota 21 – Execução dos Restos a Pagar - Não Processados

Do total de restos a pagar não processados inscritos em 2018 e anos anteriores, 57% (R\$ 16.485 mil) fazem referência a despesas com pessoal, 33%, a outras despesas correntes (R\$ 9.504 mil), e 10%, despesas de capital com investimentos (R\$ 2.728 mil).

Foram pagos, no 1º Trimestre de 2019, em torno de 24% (R\$ 6.867 mil) referentes aos restos a pagar não processados da JMU. Desses restos a pagar não processados pagos até o momento, 64% (R\$ 4.405 mil) referem-se a outras despesas correntes, que devido ao encerramento do exercício financeiro, não foram liquidadas, ou seja, deixaram de ser concluídas em 2018.

O valor de R\$ 21.034 mil, a ser executado de restos a pagar não processados, compromete os limites de gastos financeiros que a JMU poderá realizar até o final do exercício financeiro, de acordo com a [Emenda Constitucional nº 95/2016](#).

Tabela 20 - Restos a Pagar Não processados – Composição 2019

R\$ milhares

Despesas Orçamentárias	Inscritos (a)	Liquidados (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (a-c-d)
Despesas Correntes	25.989	6.318	6.278	816	18.896
Pessoal e Encargos Sociais	16.485	1.873	1.873		14.612
Outras Despesas Correntes	9.504	4.445	4.405	816	4.283
Despesas de Capital	2.728	660	590	-	2.139
Investimentos	2.728	660	590		2.139
Total	31.446	7.638	7.457	816	21.034

Fonte: SIAFI 2019

Nota 22 – Execução dos Restos a Pagar – Processados (RPP)

Do total de restos a pagar processados inscritos em 2018 e anos anteriores, 12% (R\$ 45 mil) fazem referência a despesas com pessoal, 88%, a outras despesas correntes (R\$ 327 mil).

Foram pagos, no 1º Trimestre de 2019, em torno de 47% (R\$ 174 mil) relativos aos restos a pagar processados da JMU. Desses restos a pagar processados pagos, 100% (R\$ 174 mil) referem-se a outras despesas correntes que, devido ao encerramento do exercício financeiro, não foram pagas em 2018.

O valor de R\$ 198 mil, a serem pagos, comprometem os limites de gastos financeiros que a JMU poderá realizar até o final do exercício financeiro, de acordo com a [Emenda Constitucional nº 95/2016](#).

Tabela 21 - Restos a Pagar processados – Composição de 2019

R\$ milhares

Despesas Orçamentárias	Inscritos (a)	Pagos (b)	Saldo (a-b)
Despesas Correntes	373	174	198
Pessoal e Encargos Sociais	45	-	45
Outras Despesas Correntes	327	174	153
Total	373	174	198

Fonte: SIAFI 2019

Brasília, 30 de Abril de 2019

ÉRICA RAMOS DE ALBUQUERQUE
Supervisora II - SEACO
Contadora Responsável da JMU

1. De acordo.
2. À consideração Superior.

DALILA MELO
Coordenadora da COAVO, em exercício

1. De acordo.
2. Encaminhe-se à Secretaria do Tesouro Nacional - STN e à DIREG para conhecimento e composição do Processo de Prestação de Contas que será enviado ao TCU em 2020.

3. Publique-se no portal da transparência do STM/JMU.

VALDEMIR REGIS FERREIRA DE OLIVEIRA
Secretário de Controle Interno



Documento assinado eletronicamente por **VALDEMIR REGIS FERREIRA DE OLIVEIRA, SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO**, em 15/05/2019, às 18:05 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DALILA MELO, COORDENADOR(A) DE ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E ORIENTAÇÃO, em exercício**, em 15/05/2019, às 18:05 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ERICA RAMOS DE ALBUQUERQUE, SUPERVISOR(A) DA SEÇÃO DE ANÁLISE CONTÁBIL**, em 20/05/2019, às 19:11 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1402322** e o código CRC **472C22B3**.